

INCLUSÃO NOS ESPAÇOS-TEMPOS UNIVERSITÁRIOS: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DIAGNOSTICADOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Helisafé Pinheiro Silva¹

Alice Oliveira Carmo²

Willian Falcão Lopes³

Resumo

O presente resumo intencionou descrever e interpretar acerca das concepções de inclusão de discentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Para isso, foi ancorado nas abordagens qualitativas de base fenomenológica e hermenêutica, tendo como método o Fenomenológico. Para a produção de informações, foram realizadas entrevistas fenomenológicas com sete discentes diagnosticados com TEA da UESB. Com as informações produzidas, foi possível apreender três núcleos de sentido comum: o primeiro, que considera inclusão como forma de acolhimento; o outro, que correlaciona a inclusão com dispositivos e estratégias que potencializam a permanência em um espaço-tempo; e o último, como leis e dispositivos legais que possam garantir a inclusão através de estratégias políticas. Através das falas, também foi possível perceber algumas percepções que destoam de concepções inclusivas, relatando que ainda há uma necessidade de divulgação de informações na universidade. Desta forma, é possível compreender a inclusão como um fenômeno complexo, não sendo uma prática única e homogênea, mas que deve ser garantida como um direito humano universal.

Palavras-chave: Fenomenologia; Educação inclusiva; Transtornos do espectro autista; Discentes universitários.

Introdução

A inclusão, enquanto prática social e educativa, implica reconhecer a diversidade humana e criar condições para a participação efetiva de todos nos espaços coletivos. Para Freire (2008), educar para a inclusão é romper com a lógica da exclusão, assumindo o compromisso ético de respeitar as singularidades e promover a equidade nos processos sociais e educativos. Incluir significa desenvolver estratégias político-metodológicas que favoreçam a autonomia e a participação das pessoas, configurando-se como um movimento político-pedagógico que reconhece as múltiplas formas de ser e aprender.

¹ Graduando em Bacharelado em Psicologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *campus* Vitória da Conquista-Ba. Bolsista do grupo de pesquisa-extensão Educação Geográfica e Psicossocial das Imagens Contemporâneas (EduGeoPsiC). E-mail: safe.silva@gmail.com

² Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *campus* Vitória da Conquista-Ba. Voluntária do grupo de pesquisa-extensão Educação Geográfica e Psicossocial das Imagens Contemporâneas (EduGeoPsiC). E-mail: aliceoliveiracm17@gmail.com

³ Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *campus* Vitória da Conquista-Ba. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Líder do grupo de pesquisa-extensão Educação Geográfica e Psicossocial das Imagens Contemporâneas/UESB (EduGeoPsiC). E-mail: willian.lopes@uesb.edu.br

O conceito de neurodivergência, cunhado por Judy Singer em 1999, propõe compreender as diferenças neurológicas não como doenças, mas como expressões da condição humana (Ortega, 2008). A neurodiversidade reconhece a singularidade das pessoas a partir do que Wolff (2013) denomina identidade neuronal, deslocando o olhar do déficit para a pluralidade e fortalecendo o movimento por práticas inclusivas.

Entre os transtornos do neurodesenvolvimento, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) se destaca por envolver distintas formas de comunicação e interação social (APA, 2014). Reconhecer o TEA como manifestação da neurodivergência amplia a compreensão da pessoa para além das dificuldades, valorizando suas potencialidades e contribuindo para práticas inclusivas.

No âmbito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista, essa discussão é essencial, pois a instituição busca consolidar ações que atendam às especificidades de seus discentes. A investigação, portanto, objetiva descrever e interpretar as percepções de sete estudantes com TEA sobre inclusão, identificando lacunas e estratégias que favoreçam acessibilidade, permanência e equidade no ensino superior.

Metodologia

A investigação apoia-se nas abordagens qualitativas de pesquisa de base Hermenêutica e Fenomenologia, tendo como Método o Fenomenológico. Sobre a abordagem, pode-se dizer que ela não se opõe à utilização de informações estatísticas, implicando-se com as experiências e com a construção de sentidos elaborados frente aos achados produzidos. Já sobre o método, identifica-se o seu distanciamento de proposições relacionadas à neutralidade científica, bem como a sua aproximação com possibilidades sensíveis de descrição e interpretação de fenômenos diante do repertório das experiências imaginárias de quem os percebe.

Como dispositivo de produção de informações, foi adotada a entrevista fenomenológica com sete discentes universitários, selecionados frente ao seu interesse em participar da investigação e à apresentação de um laudo oficial que os relacionasse ao diagnóstico de TEA. O campo empírico, então, consistiu na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista-Ba.

Como forma de cuidado ético e para preservação do anonimato dos participantes, realizou-se a construção de nomes fictícios, desenvolvidos em homenagem a personagens neurodivergentes de animações. São eles: Bruno, Max, Julia, Arthur, Renee, Léo e Pablo. Além disso, foram lidos e assinados em duas vias os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

Por fim, a perspectiva de descrição e de interpretação das informações produzidas foi a Fenomenológica proposta por Giorgi (2008), ao mesmo tempo, também adotou-se as perspectivas hermenêuticas.

Resultados e discussão

Nessa seção textual intenciona-se a descrição e a interpretação das concepções de inclusão dos discentes entrevistados. Feito isso, é descrito o acontecimento das entrevistas fenomenológicas, que tiveram como ponto de partida o questionamento: descreva aquilo que concebe por inclusão frente a algumas das suas experiências nos espaços-tempos universitários.

Na tentativa de descrever e interpretar as percepções dos discentes foi elaborado, nesta seção, dois movimentos interpretativos: um de agrupamento dos núcleos de sentido comum frente às singularidades das percepções apresentadas, e o outro de problematização de percepções que se distanciam das demais concepções. Inicialmente, pode-se inferir que Léo e Arthur tendem a conceber a inclusão como um processo sustentado pela construção de estratégias político-metodológicas articuladas à utilização de dispositivos didáticos, não apenas voltados à garantia de acesso, mas sobretudo à criação de condições que favoreçam a permanência, a participação ativa e o êxito acadêmico de pessoas em determinado espaço-tempo universitário.

Já Pablo e Júlia entendem a inclusão como a elaboração de dispositivos legais que buscam favorecer o movimento inclusivo, em convergência com as noções de garantia de direitos e, simultaneamente, como potencialidade para propiciar ressonâncias desses dispositivos legais em gestos espontâneos de cuidado, capazes de fortalecer a inclusão de diferentes pessoas.

Nas percepções de Max e Renee, identifica-se que a inclusão tende a ser conceituada como o sentimento de pertencer e de ser acolhido em um espaço-tempo, adicionando uma dimensão sócio-afetiva. Essa dimensão apresenta o afeto como forma de inclusão social, abordando a necessidade do envolvimento da comunidade nas possibilidades de inclusão. Apesar disso, ocorre uma aparente incongruência na fala de Max ao citar a criação de espaços separados para essas pessoas como uma suposta estratégia de inclusão, pois embora a intenção seja prover acolhimento, essa abordagem pode fortalecer a segregação e limitar a vivência da pluralidade social.

Na percepção de Bruno, ao primeiro momento, parece que o discente entende a inclusão como sinônimo de integração. No entanto, na observância da totalidade de suas falas, pode-se observar que ele evidencia uma concepção de inclusão centrada na experiência subjetiva de pertencimento e conforto. Para ele, incluir não se restringe apenas à presença física em um ambiente, mas envolve garantir que as pessoas se

sintam acolhidas e à vontade, promovendo um espaço que permita participação plena e segura.

De modo geral, a maioria dos discentes parece ter entendimentos de inclusão que se aproximam da concepção de Freire (2008), como compromisso com o rompimento de lógicas excludentes e da negação de diferenças. Contudo, há uma diferenciação desse conceito, sendo possível inferir, a partir disso, elementos que podem vir a favorecer a idealização de separação oriunda da busca por um conforto ou um espaço-tempo em que não haja a necessidade constante da luta pelos próprios direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, os sentidos atribuídos pelos participantes sobre a inclusão variam entre dimensões afetivas e relacionais, bem como perspectivas de caráter estrutural e político. Essa diversidade evidencia a complexidade do fenômeno, indicando que a inclusão não é um conceito reduzido a uma prática homogênea, mas um processo dinâmico que se destaca como um direito humano inalienável a ser garantido.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. *Revista da Educação*, v. XVI, n. 1, p. 5–20, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/5299>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- GIORGI, Amadeo. Difficulties encountered in the application of the phenomenological method in the social sciences. *Análise Psicológica*, v. 24, n. 3, p. 353-361, 2006.
- ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, v. 14, n. 2, p. 477-509, out. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-93132008000200008>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- WOLFF, Francis. *Nossa Humanidade*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 336 p.